

SOCIEDADE EM REDE E DEMOCRACIA: REFLEXÕES ACERCA DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS OCORRIDAS NO BRASIL EM 2013*

NETWORK SOCIETY AND DEMOCRACY: REFLECTIONS ON THE SOCIAL MOBILIZATIONS THAT TOOK PLACE IN BRAZIL IN 2013

Lívia Copelli Copatti¹
Nilton Cesar Flores²

RESUMO

O estudo trata da sociedade em rede e a sua relação com democracia, principalmente pelas mobilizações organizadas pela internet. Para tanto, utilizando-se da metodologia dedutiva e bibliográfica, abordam-se inicialmente a questão tecnológica e a utilização da internet nas relações entre as pessoas. Na sequência, a discussão é estabelecida sobre as identidades, sendo relevante perceber que com o surgimento da internet, as relações entre as pessoas sofreram algum tipo de reflexo, principalmente pela facilidade de contato *on-line*. E isso acaba dando o tom para o último ponto do estudo, ou seja, as mobilizações populares que ocorreram no Brasil em meados de 2013. Assim, é possível demonstrar que as conexões estabelecidas pelas pessoas na internet possibilitaram a união nas ruas em protesto e, o que fica, passado o fervor das mobilizações, é o questionamento sobre a continuação de tais mobilizações e, mais importante que isso, sobre a capacidade que possuem de alterar o cenário político, econômico e social brasileiro.

Palavras-Chave: Sociedade em rede. Identidade. Democracia. Brasil.

ABSTRACT: The study deals with the networked society and its relationship to democracy, especially the mobilizations organized by the internet. Therefore, using the deductive methodology and literature, an approach initially technological issue and use of the internet in the relations between people. Following the discussion is established on the identities, being relevant to realize that with the emergence of the internet, relationships between people suffered some kind of reflection, especially by online contact facility. And that just setting the tone for the last point of the study, ie, the popular mobilizations that occurred in Brazil in mid 2013. Thus, it can be shown that the connections established by the people on the internet made possible the union in protest in the streets and, that is, after the fervor of the mobilizations, it is the question on the continuation of such mobilizations and, more

¹ Doutoranda em Direito pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus de Erechim. Docente e Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito da Faculdade Meridional - IMED, Passo Fundo. Advogada.

² Advogado, Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre pela UGF; Coordenador-Adjunto e professor do PPGD -UNESA e Professor do PPGD - UNESA, vinculado à linha de pesquisa de Direitos Fundamentais e Novos Direitos, com projetos nas áreas: sociedade da informação e a função social da propriedade: material e imaterial, e Inovação tecnológica e desenvolvimento ambiental sustentável.

* Artigo recebido em 16 de julho de 2015 e aprovado em 17 de dezembro de 2016

importantly, on the ability to have to change the political landscape, economic and social Brazilian.

Keywords: Network Society. Identity. Democracy. Brazil.

Introdução

Um dos grandes destaques nas discussões atuais sobre a sociedade é a influência da revolução tecnológica nas relações entre as pessoas, sejam elas profissionais, familiares ou de amizade, que contextualizada com o momento vivido por cada um, pode trazer consequências tanto positivas quanto negativas.

A ampliação do debate acontece quando se insere a identidade do sujeito no contexto tecnológico, principalmente em razão da fluidez das relações humanas e das diversas possibilidades de construção da identidade, que pode ser influenciada pelo uso das novas tecnologias, em especial pela internet e pela globalização, estabelecendo contatos com pessoas e empresas em locais diferentes do seu e, inclusive, possibilitando encontros reais por meio de contatos virtuais.

Assim, o estudo trata da sociedade em rede e a sua relação com democracia, principalmente pelas mobilizações organizadas pela internet e que ocorreram no Brasil em 2013. O trabalho está estruturado em três momentos, iniciando-se pela análise da sociedade em rede, desde os computadores até o surgimento e utilização da internet e redes sociais; na sequência, desenvolve-se o estudo sobre as identidades e a globalização, traçando alguns aspectos que podem ser considerados essenciais para a compreensão do objetivo do estudo e, por fim; abordam-se as mobilizações sociais ocorridas no Brasil, no ano de 2013, dando-se destaque para o fato de as mesmas terem sido articuladas pela rede social Facebook, o que possibilitou que os participantes se reunissem nas ruas.

Dessa forma, o estudo busca compreender a influência da sociedade em rede sobre as identidades e com isso, a utilização da internet interferindo na democracia, dando enfoque para as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, possibilitando lançar, ao final, alguns questionamentos como se os movimentos atingiram seus objetivos e se os mesmos movimentos continuarão atuantes no decorrer do tempo.

1 REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E SOCIEDADE EM REDE

Destacar a revolução tecnológica como um fator importante para a construção e rompimento de laços entre as pessoas perpassa por uma série de fatores que são essenciais para que aquilo aconteça, podendo-se destacar a criação de novas formas de comunicação e, também, a variabilidade da identidade dos cidadãos, influenciados diretamente pela tecnologia.

A revolução tecnológica é caracterizada pela “aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e dispositivos de processamento/comunicação da informação” (CASTELLS, 1999a, p. 69), o que significa dizer que as novas tecnologias não podem ser concebidas apenas como ferramentas, mas processos que constantemente evoluem, gerando novos conhecimentos.

Para a compreensão da interação do indivíduo com a rede em face da tecnologia é importante realizar uma breve análise acerca dos precedentes históricos sobre o desenvolvimento tecnológico, perpassando pela informática e a inserção da internet na comunicação entre as pessoas, o que será realizado na sequência, tomando por base as informações lançadas por Manuel Castells.

A revolução da tecnologia da informação pode ser equiparada à Revolução Industrial do Século XVIII, pois ambas tiveram como característica a descontinuidade em diversos aspectos. A primeira Revolução Industrial, movimentada pela máquina a vapor e a produção têxtil trouxe maior complexidade social e mais profissões e “a localização das riquezas e do poder no mundo, que, de repente, ficaram ao alcance dos países e elites capazes de comandar o novo sistema tecnológico” (CASTELLS, 1999a, p. 71).

O marco para a primeira Revolução Industrial foi a Inglaterra, expandindo-se para a Europa, Japão e Estados Unidos – hoje chamados de países desenvolvidos – envolvendo também o continente africano no que diz respeito à exploração da população pela necessidade de matéria-prima e mão de obra, que os países que estavam experimentando a industrialização não eram capazes de atender.

Já a segunda Revolução Industrial ocorrida entre o Século XIX e o Século XX teve como países centrais a Alemanha e os Estados Unidos e, como fator determinante, a eletricidade, o que proporcionou desenvolvimento em diversos setores. Com essa Revolução muitas mudanças ocorreram relacionadas à urbanização, como ressalta Gambini (2007, p. 11), destacando que a vida urbana proporcionou um surto de urbanização pela mudança dos indivíduos do campo para a cidade.

Mas, com o aumento e diversidade populacional e o capital estando concentrado em mãos de poucas pessoas, não houve a qualidade de vida desejada, o que fez com que as pessoas partissem em busca de novas tecnologias para suprir o que lhes faltava, inclusive no campo do conhecimento.

Nesse sentido, surge o que Castells (1999a, p. 70) chama de Era da Informação ou, Terceira Revolução, relacionada com o processo de informatização da produção e desenvolvimento de tecnologias industriais e informacionais, em meados da década de 1970. A Era da Informação é descrita por Gambini (2007, p. 11) como “a revolução causada pelo advento do conhecimento e da informação processados pela tecnologia”.

A organização da economia e mercados em torno de conhecimento e informação fez com que se adotassem “medidas políticas e econômicas de maior flexibilidade organizacional, abrindo espaços para que as tecnologias da informação desenvolvessem [...] as transformações [...] nas relações de produção, poder e de experiência” (GAMBINI, 2007, p. 9).

A expansão informacional não fica afastada da evolução social, mas age de maneira conexa com esta, uma vez que serve como base para que seja possível o desenvolvimento do ser humano em diversos âmbitos e, destes, direcionados para o atendimento das necessidades humanas.

Castells (1999a, p. 73) é bastante claro a respeito da inovação tecnológica e dos seus efeitos, que acabaram chegando tarde, muito embora todo o desenvolvimento ocorrido e, ressalta que havendo uma maior proximidade entre os locais de inovação, produção e utilização das tecnologias descobertas, em ritmo mais acelerado a sociedade terá condições de ser transformada e melhores condições sociais surgirão, favorecendo futuras inovações.

A necessidade de utilizar a tecnologia da informação em benefício de todos os cidadãos em nível global pode ser entendida pelo estudo desenvolvido por Elie (2002, p. 286), que, tratando diretamente da internet, questiona qual é a equidade existente no acesso à informação e ao conhecimento, uma vez que sem aquela corre-se o risco de que a população dos países periféricos continuem na ignorância e tenham ampliada a vulnerabilidade existente atualmente.

Simões (2009, p. 7) explica que há uma tendência de que haja relações entre as sociedades informacionais e isso pode gerar exclusão dos que não estiverem aí inseridos

elencando, para tanto, alguns fatores como a produtividade, a inovação tecnológica, a criação de redes e a globalização.

Avançando, Eisenberg e Cepik (2002, p. 303) refletem sobre o déficit que permeia as instituições políticas semiperiféricas, que diz respeito à maior fragilidade e a sobrecarga que envolve as instituições decorrentes do maior número de demandas econômicas e sociais que, em contrapartida, podem ser cumpridas com maior facilidade pelas instituições políticas centralizadas no capitalismo.

Assim, é possível perceber as interações que devem existir entre a sociedade e a tecnologia da informação especialmente no contexto contemporâneo, com o uso dos computadores e da internet.

Até pouco tempo atrás, quando se falava em comunicação, imediatamente era entendida como rádio, cinema e, especialmente, televisão. Com a constante evolução nos meios digitais e na tecnologia, os computadores e a internet surgem como importantes formas de comunicação entre as pessoas, sendo o foco do presente estudo, embora sem desconsiderar a importância dos antecedentes.

Todo o avanço nas áreas da tecnologia e informática resultante na tecnologia da informação teve o coroamento com o desenvolvimento da internet. Verifica-se que a necessidade de melhores condições de vida e a busca incessante pela felicidade, faz com que as pessoas passem a buscar o conhecimento e a informação e, para tanto, passam a utilizar-se da internet, estabelecendo nela, suas redes.

A internet foi desenvolvida nas últimas três décadas do século XX pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada – ARPA – nos Estados Unidos, cuja aplicação inicial era direcionada para fins militares e, posteriormente, no ano de 1983, passou a ser também utilizada para fins científicos. Então, inicialmente, a rede era chamada de ARPA-INTERNET e, depois, de INTERNET, operada pela ARPANET até 1990 (CASTELLS, 1999a, p. 82).

Em pouco tempo, logo no início da década de 1990, foi criado um novo aplicativo, que foi chamado de “teia mundial” ou “world wide web” (WWW), desenvolvido em Genebra. Foi criado um formato para os documentos em hipertexto (HTML), adaptando as linguagens ao protocolo IP, bem como, foi criado um protocolo de transferência de hipertexto (HTTP) e um localizador padrão (URL) (CASTELLS, 1999a, p. 89).

A utilização da internet para estabelecer redes entre pessoas, empresas e instituições é a sociedade em rede, reconhecida por Castells e a ciberespaço, chamado assim por Pierre Lévy.

Simbolizada pela sociedade em rede, a Era da Informação é o novo momento da história que se apresenta como a base das relações e interações sociais que ocorrem pelas novas tecnologias da informação, necessárias para a geração de novos conhecimentos, sendo responsável pela mudança e transformação dos elementos que estavam presentes na sociedade industrial.

Castells (1999a, p. 89) é claro sobre a internet e sua importância no estabelecimento das redes: “A lógica do funcionamento de redes, cujo símbolo é a Internet, tornou-se aplicável a todos os tipos de atividades, a todos os contextos e a todos os locais que pudessem ser conectados eletronicamente”, demonstrando que, atualmente, a inserção da internet está presente em quase todos os âmbitos de relações dos indivíduos. E Lévy traz o conceito de ciberespaço como um novo meio de “comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 17).

Assim, a sociedade em rede foi construída pelas redes de informação e o desenvolvimento das tecnologias eletrônicas, em especial pelos sistemas de computadores e internet e conectam o mundo, sendo caracterizada pela sua irreversibilidade, ou seja, a tendência é que as pessoas estejam cada vez mais conectadas no ambiente virtual.

Todos os esforços empreendidos para a melhoria e a expansão da internet, acabaram por possibilitar a formação de redes ou comunidades virtuais, cuja discussão inicial foi proposta por Rheingold (1996), estando direcionadas para o contato com família, amigos e trabalho, sempre vinculando pessoas com interesses comuns e desejo de compartilhar experiências ou informações de utilidade a terceiros, sem limite temporal e espacial.

Assim, as comunidades virtuais assumem relevância ao interligar os indivíduos em interesses comuns e discussões que, talvez, se fossem no plano físico, nunca ocorreriam, possibilitando o contato entre pessoas de diferentes locais do planeta, não havendo, por isso, limite de tempo e espaço para tais conexões.

Todo esse processo evolutivo tecnológico, virtual e social acaba tendo reflexos na formação e desconstrução da identidade de cada indivíduo e, mais adiante, na relação que o indivíduo estabelece com o seu lugar de vida, o que será analisado no próximo momento.

2 REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E GLOBALIZAÇÃO

O debate contemporâneo acerca da evolução tecnológica e sua aplicabilidade nas situações diárias implica também a análise sobre a questão da identidade e a influência da globalização nas relações do sujeito com o outro e também com o local onde vive.

A preocupação mais tradicional sempre foi vincular a identidade à nacionalidade, representada pelo território vivido pelo sujeito, seu local de vida, e o seu pertencimento àquele local. Bauman (2005, p. 25) explica que a ideia de identidade surgiu da crise do pertencimento e que esteve envolvida pelo Estado moderno e pelo convencimento que este desenvolveu para que as pessoas que estavam sob sua soberania ficassem cientes e convencidas de que deveria haver uma identidade com o território e o futuro da nação.

Ao analisar-se a identidade sob o viés do Estado, é possível observar que a identidade nacional era o marco da soberania estatal, o que possibilitava, inclusive, o uso da força para que a mesma fosse protegida, uma vez que outras identidades não eram aceitas inicialmente e, com a evolução, passaram a ter um pequeno espaço desde que não violassem o poder do Estado (BAUMAN, 2005, p. 27).

Para Castells (1999b, p. 44) a era da globalização significa também o ressurgimento do nacionalismo, que tem sua base nos desafios impostos ao Estado-nação e também na reconstrução necessária de identidades baseadas na nacionalidade, o que significa a oposição ao outro, entendido como estrangeiro.

Ocorre uma fragmentação da identidade e da relação com o Estado, que deixa de ter o símbolo e o poder absoluto que representava para o sujeito quando esse resolve questionar o território e os vínculos com outros cidadãos, de forma que tenha que buscar a sua identidade a partir de outros pontos que não o ente estatal, ou seja, em grupos de relacionamento e identificação recebendo, desde já, a influência da globalização.

Assim, a perda de espaço do Estado é referida por Ianni (2005, p. 50) nos seguintes termos: “Quando o Estado-nação se debilita, devido ao alcance e à intensidade do processo de globalização das sociedades nacionais, emerge outra realidade, uma sociedade global, com suas relações, processos e estruturas”, fazendo com que o sujeito busque, muitas vezes, sua colocação em espaços mais amplos e novas perspectivas de vida.

É correto compreender que a identidade não é fechada ou coesa, mas que deve ser construída pelo sujeito com o passar do tempo. Nesse sentido, Bauman (2005, p. 59) refere

que a identidade não pode ser concebida como um quebra-cabeça montado e completo, mas como um quebra-cabeça incompleto, em que o trabalho deve ser direcionado para os meios que estão disponíveis para utilização na construção da identidade.

Com o mesmo entendimento e por influência da psicanálise, Hall (2006, p. 38) explica que a identidade é formada ao longo do tempo, “através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”” e, por isso, deveria se falar em identificação e não em identidade acabada e fechada.

Ou seja, a construção da identidade passa por uma série de fatores que a influenciam diretamente e que não podem ser desconsiderados, como a globalização, o consumismo, a industrialização, os relacionamentos pessoais e virtuais, entre outros e segue sendo ajustada, mas nunca terminada.

E, como refere Castells (1999b, p. 23), “todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências e projetos culturais enraizados em sua estrutura social [...]”, o que possibilita, enfim, a construção da identidade, mais próxima ao ideal de cada pessoa.

Buscando compreender as formas da identidade, é importante a classificação feita por Castells (1999b, p. 24) em “identidade legitimadora”, a “identidade de resistência” e a “identidade de projeto”. Destaca-se que a primeira dá origem à sociedade, abrangendo instituições e organizações como Igreja, partidos, cooperativas, etc e, mantém a relação com os aparatos de poder do Estado.

Já a identidade de resistência é aquela que leva à formação de comunidades e dá origem à resistência coletiva contra opressões, utilizando-se da força coletiva como uma forma de suportar questões que desvalorizam ou subvalorizam o sujeito. E, a terceira forma é a identidade de projeto, que diz respeito ao resultado das anteriores, no sentido de criar uma nova identidade, redefinindo o papel dos atores sociais na estrutura social (CASTELLS, 1999b, p. 25).

Com as complexidades sociais e a renovação de preocupações contemporâneas, a questão da identidade passou a estar envolvida em outra ordem de discussão, uma vez que diretamente relacionada com a globalização e a expansão das relações dos cidadãos nacionais com outras culturas e identidades.

E a globalização causa a chamada crise de identidade e enseja discussões pois, como refere Hall (2006, p. 7) “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado”.

Com o avanço tecnológico e da economia, o mundo acaba sendo ligado por redes e acaba ocorrendo a desterritorialização, uma característica da sociedade global em formação, ocorrendo a formação de estruturas globais nos aspectos econômico, político, social e cultural.

E, Ianni (2005, p. 94-95) refere sobre os reflexos da globalização:

A globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias. Sem prejuízo de suas origens, marcas de nascimento, determinações primordiais, adquirem algo de descolado, genérico, indiferente. Tudo tende a desenraizar-se: mercadoria, mercado, moeda capital, agência, gerência, *know-how*, projeto, publicidade, tecnologia. A despeito das marcas originais, da ilusão da origem, tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Aos poucos, predomina o espaço global em tempo principalmente presente.

Então, diante da globalização, o sujeito pós-moderno apresenta-se fragmentado, com formas diferentes, correspondendo às mudanças da sociedade e adequando seu posicionamento frente às realidades que se encontram (MONTE, 2012, p. 165).

As conexões do sujeito e a adequação da identidade conforme o meio vivido são reflexos da sociedade em rede que tem fundamento na separação entre o local e o global. As possibilidades abertas pela tecnologia da informação e a globalização fazem com que contatos diferenciados sejam estabelecidos pela virtualidade da internet e, de outra parte, que alguns contatos pessoais sejam perdidos.

Bauman (2005, p. 31) explica, com bastante clareza, que são inúmeras as tentativas do sujeito na procura de novos grupos que possibilitem o pertencimento e a construção de sua identidade, sendo esse objetivo facilitado pela liberdade de acesso às totalidades virtuais que também representam a facilidade do abandono do sujeito. Assim, a busca pela identidade acaba sendo mediada e facilitada pelo grupo virtual, que se torna a promessa de encontrar um local de acolhimento e pertencimento.

De outra parte, a cultura da virtualidade e o uso da internet e de redes acaba não tendo, efetivamente, o mesmo sentido de comunidade real, pois não possibilita o desenvolvimento da

identidade em um ambiente seguro, principalmente pela fluidez e pela rapidez com que as relações alteram-se no meio virtual.

Assim, a influência da globalização e das redes na formação das identidades é crucial já que os Estados não tem, segundo Bauman (2005, p. 34), “poder ou desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação”, o que significa a busca por novas garantias em ambientes até então desconhecidos, caracterizando assim, a força centrífuga do sujeito e dos grupos a que está vinculado ou buscando vinculação.

Esse é o mesmo entendimento de Vieira (2001, p. 237) explicando que o Estado não tem mais o “monopólio das regras [...]. E perde força com a globalização. O Estado-nação não é mais o lar da cidadania”.

Hall (2006, p. 75) esclarece que a influência do mercado e do consumismo, também acaba dificultando o sujeito de estabelecer uma identidade, como se houvesse um “supermercado cultural”, fazendo inclusive com que tal sujeito perca seus referenciais sobre a nacionalidade, dando valor extremado para o que vem de fora.

O posicionamento do mercado diante da globalização é essencial, principalmente em razão da abertura de inúmeras oportunidades de crescimento das empresas e do retorno para os governos. Atuando juntamente com os mercados deve vir a política, buscando reduzir diferenças e adaptando as realidades emergentes ao sistema local e global.

Nesse sentido, Santos (2003, p. 83) tece comentário acerca da fragmentação dos territórios e conseqüentemente, da identidade do cidadão, demonstrando a relevância dos sistemas de informação:

Hoje vivemos um mundo da rapidez e da fluidez. Trata-se de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas.

O colapso do Estado-nação, base para o desenvolvimento social e do sujeito, faz com que o desejo de segurança seja priorizado e atingido de outras formas que não pela via estatal e, com isso, torne o sujeito mais vulnerável a influências externas.

Mas Bauman (2005, p.95) explica que como o Estado não tem mais o poder de proteção do seu território e habitantes, há um renascimento do nacionalismo buscando soluções locais para problemas locais embora tenha-se que ter cuidado com isso, já que os

problemas globais só podem ser resolvidos por ações globais. Ou seja, as identidades locais, não tem o poder de resolver os problemas causados pela globalização e, na situação atual, somente com respeito e atenção mútuos é que tem condições de garantir a segurança de todos.

Para Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 63), tanto o global quanto o local são produzidos no processo de globalização e, qualquer questão que diga respeito à globalização pode ter uma raiz ou origem no local, uma vez que vive-se tanto em um mundo global quanto local e, a produção da globalização implica também a da localização.

Com a globalização, fala-se em esvaziamento do pertencimento local, em ausência de identidade do sujeito com o seu lugar de vida em detrimento de um preenchimento por aspectos globalizantes que o tornam um sujeito do mundo. Vieira refere que os impactos da globalização são profundos na cidadania democrática, inclusive na identidade coletiva que tem por base o pertencimento à comunidade (VIEIRA, 2001, p. 221).

De outra parte, é possível perceber que com o incisivo ingresso da globalização na vida das pessoas, acaba sendo o processo de territorialização e de retorno ao pertencimento local que possibilita ao sujeito um reforço, um rememorar de uma identidade nacional que parecia esquecida. Santos (2003, p. 113) reforça:

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

É, assim, nesse processo de apropriação do espaço que a relação de identidade e de valores acaba sendo desenvolvida. Veja-se que o espaço local a que os autores referem-se pode ser entendido tanto como o pertencimento nacional e a defesa dos interesses do País, quanto ao pertencimento ao espaço mais próximo do sujeito, que é o âmbito municipal.

Nesse ponto, Hall (2006, p. 77-78) destaca que um dos efeitos da globalização é alargar o campo das identidades, em uma contratendência, levando ao fortalecimento das identidades locais ou produzindo novas identidades. O local, refere o autor, não deve ser entendido como as velhas identidades, fechadas e enraizadas em um determinado espaço, mas sim, como atuante no próprio espaço da globalização, sendo essa a razão pela qual a globalização não irá substituir o local.

É a retomada, pela sociedade civil, do seu interesse pela coisa pública em seu espaço local que possibilita a defesa dos princípios da cidadania política, imbuídos pela democracia, renovando a força e a presença de cada cidadão diante da globalização, deixando para trás o papel passivo e apolítico. (VIEIRA, 2001, p. 248).

E, assim, é possível retomar o referido por Castells quanto à identidade de resistência, pois criam-se as comunidades que estabelecem mecanismos para combater o que vem causando a opressão ou a dominação, como é o caso de grupos formados em ambientes virtuais para discutir problemas sociais e de movimentos sociais propriamente ditos.

Nesse sentido, é possível perceber que as identidades, que por muito tempo estiveram vinculadas ao Estado-nação e ao fato do sujeito pertencer naturalmente a um território, com o processo de globalização sofreram – e ainda sofrem – com os seus reflexos, pois tornaram-se identidades que não são fixas e nem limitadas, mas fluídas e em movimento, cuja construção não tem um prazo determinado, mas vai acontecendo conforme o que surge com o passar do tempo.

As influências da sociedade em rede não podem ser desprezadas na construção da identidade, principalmente quando a utilização das redes sociais, dispostas na internet, serve para viabilizar o retorno de identidades nacionais que pareciam estar esquecidas, servindo de alento ao pertencimento local, destacando-se as manifestações ocorridas no Brasil em 2013, sendo esse o assunto a ser desenvolvido na sequência do presente estudo.

3 PÚBLICO EM PLATAFORMA PRIVADA: SOCIEDADE EM REDE POTENCIALIZANDO A DEMOCRACIA

Com o passar do tempo, um novo espaço social foi sendo criado envolvendo a tecnologia, rompendo paradigmas em muitas áreas, possibilitando facilidades e, de outra parte, algumas complicações decorrentes do uso descontrolado da tecnologia. Dentre as tecnologias disponíveis e mais utilizadas pelas pessoas estão a informática e a internet, conectando milhares de pessoas em busca de informação ou simplesmente para estreitar laços de amizade.

Decorrente do contexto tecnológico em que as pessoas estão envolvidas, pode-se ressaltar a utilização da internet para a organização das mobilizações sociais que ocorreram no

Brasil em meados do ano de 2013. Previamente à análise das manifestações, calha demonstrar a situação democrática do País.

A construção democrática brasileira passou por diferentes períodos históricos: absolutista, com soberania do Rei; monárquico com a influência portuguesa na Constituição e; ditatorial, marcado por supressão de direitos individuais. Foi na década de 1970 que os ideais democráticos, ainda que timidamente, começaram aparecer, sob a influência das mobilizações populares que ocorriam na América Latina (BÚRGOS, 2007).

É necessário destacar que esses primeiros movimentos populares tinham como norte a oposição ao regime militar ainda vigente e um direcionamento para as práticas sociais e a inserção nas comunidades locais, possibilitada pela discordância que havia em alguns setores sociais, referente ao tratamento do Estado para com o cidadão (GOHN, 2006, p. 281).

Posteriormente, na década de 1980, houve uma ampliação dos movimentos sociais visando o fim da ditadura, o que foi reforçado com as eleições presidenciais de 1982 e a campanha Diretas Já, em 1984, possibilitando, enfim, a queda do regime ditatorial e o início do processo Constituinte democrático brasileiro, consolidando-se na Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988.

A participação dos movimentos sociais fez com que uma nova identidade fosse construída a partir da concepção coletiva de direitos. Na década de 1990 os movimentos sociais não mantiveram o mesmo vigor que foi essencial para a assunção do regime democrático pelo País, perdendo espaço para outros setores organizados e pela passividade dos cidadãos.

Mesmo assim, a principal mobilização que pode ser ressaltada nessa década é a que ocorreu em 1992 e cujo objetivo era a saída de Fernando Collor de Mello da Presidência da República, sendo este movimento denominado de “caras-pintadas”, tendo alcançado seu objetivo em 29 de dezembro de 1992, com a renúncia do então presidente Collor.

Os movimentos sociais, com mobilização expoente desde a década de 1970, foram relevantes para a criação de estruturas democráticas de viabilização da participação popular e o impacto sobre a arena política formal, demonstrando ainda, sua capacidade de organização e de exercer uma democracia diretamente, conforme refere Jacobi (2000, p. 18).

É necessário dizer que com a Constituição Federal de 1988 a mobilização dos cidadãos não foi tolhida, embora a previsão de participação direta do cidadão tenha sido regulamentada na Constituição Federal em poucos instrumentos. Nesse sentido, o art. 1º da

Constituição Federal destaca que o exercício da soberania pelo povo é feito pela escolha de representantes eleitos ou, ainda, de forma direta, pelo referendo, plebiscito e iniciativa popular, pois como refere Silva (2007, p. 40), é o povo “a fonte primária do poder, que caracteriza o *princípio da soberania popular*, fundamento do regime democrático”.

A abertura democrática para o cidadão por meio dos representantes eleitos tem encontrado alguma resistência e inconformidade, uma vez que os mandatários não tem conseguido atender às demandas do povo ou, ainda, tem atuado com desídia da função. Assim, a democracia representativa dá sinais de crise quando necessita de uma democracia de baixa intensidade mantendo o distanciamento da população dos processos decisórios e da plena participação política. (LEAL, 2009, p. 218).

Santos (2007, p. 90) reforça a existência da democracia de baixa intensidade e ressalta que o inverso somente será possível se entender-se que a democracia também é parte do problema e que requer a sua reinvenção principalmente através da relação harmoniosa entre as democracias representativa e participativa, possibilitando a coexistência entre elas, não havendo a existência de extremos democráticos, que podem ser prejudiciais para a própria democracia.

Além da democracia representativa, a Constituição Federal apresenta uma institucionalidade participativa direta no art. 14, incisos I, II e III, declarando expressamente que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos e mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Verifica-se pela análise dos instrumentos de democracia direta elencados pela Constituição Federal que nenhum consegue ser completamente efetivo uma vez que a iniciativa popular possui diversos requisitos e um processo burocrático para tramitação, o que os tornam praticamente inviáveis.

No contexto apresentado a sociedade, de modo geral, insatisfeita com uma série de problemas que a afetam e não vendo resultado nas ações governamentais propostas, decidiu manifestar-se de um modo característico de movimentos sociais, ou seja, reunir pessoas e ir para a rua, em passeatas, manifestações e gritos de ordem. Esse foi o cenário do Brasil em junho de 2013.

É possível destacar que as referidas mobilizações possuem uma diferença fundamental para as que ocorreram em outras décadas no País, qual seja, a utilização da internet para

organizar o povo, principalmente pelas redes sociais, como o *Facebook*, plataforma privada criada por Mark Zuckerberg e três colegas da Universidade de Harvard, no ano de 2004.

O primeiro passo para a utilização da rede social nas manifestações ocorreu na chamada Primavera Árabe, inicialmente com a Tunísia, em 2011, levando pessoas às ruas para protestar pela liberdade e eleições democráticas, atingindo o objetivo com eleições abertas em 21 de outubro de 2011. Também, pode-se citar a Islândia, que utilizou diretamente o *Facebook* e o *Twitter* como ferramenta de informação e atendimento de dúvidas dos cidadãos para a elaboração de uma nova Constituição. (CASTELLS, 2013, p. 23-45)

No Brasil, o grande motivo para as manifestações foi o aumento do preço da passagem no transporte coletivo no Estado de São Paulo, desencadeada pelo Movimento Passe Livre – MPL e que acabou tomando todo o País. A impossibilidade de acesso aos locais pelo aumento das passagens é retratada pelo Movimento Passe Livre, nos seguintes termos: “As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 15).

O Movimento Passe Livre organizou a manifestação para 06 de junho com um mês e meio de antecedência, por adesão na rede social *Facebook*, sem qualquer indivíduo intitulado como líder ou com filiação partidária. É perceptível que esses movimentos são diferentes na formação e “[...] funcionam de maneira apartidária, mantendo autonomia e independência em relação a governos. São movimentos horizontais, que recusam a ideia da concentração da representação em uma liderança individual” (NOBRE, 2013, p. 25).

Além do transporte público, somou-se à indignação o fato de o Brasil realizar em junho de 2014 a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos em 2016, com fundamento na discrepância de investimento público em setores importantes como saúde, educação e segurança e uso do dinheiro público para construção de estádios e obras para os eventos esportivos.

As mobilizações iniciadas pela internet uniram pessoas em diversos locais do Brasil, abrindo espaço para estabelecer conexões físicas e, por outro lado, mantiveram as pessoas conectadas virtualmente, uma vez que a divulgação da participação de muitos manifestantes foi feita simultaneamente pelas redes sociais como o *Facebook*, o *Twitter* e o *YouTube*.

Isso ocorreu pelo desenvolvimento da cultura tecnológica e as novas formas de relacionamento social que possibilitam o acesso à informação, especialmente pelas

comunidades virtuais. Castells (2013, p. 158) explica que as mudanças sociais estabelecem-se por ações comunicativas e que, o entusiasmo do indivíduo é essencial para isso, uma vez que conectados em rede pela internet, acabam sendo atores coletivos em uma rede de comunicação horizontal, multidirecional e interativa.

Grande foi a adesão às manifestações nas redes sociais possibilitando sua identificação por *hashtags* como *#VemPraRua*, *#AcordaBrasil* e também *#ChangeBrasil*. Percebe-se claramente que as manifestações foram o símbolo de uma identidade globalizada com conexões entre pessoas de diferentes locais do País e também no exterior, vinculadas a interesses comuns e interligadas por comunidades virtuais, justamente desenvolvidas para que essas conexões e trocas de ideias fossem possíveis. São movimentos locais e globais.

Os movimentos sociais em rede na forma como descritos, apresentam-se como uma evolução dos tradicionais movimentos sociais, baseados em interesses de classe ou de lutas urbanas/agrícolas, pois tornam possíveis as mais variadas discussões, entre os mais diversos locais, cidadãos e culturas, o que acaba traduzindo-se pela construção de uma nova identidade, globalizada e interessada no contexto coletivo.

Outras características que podem ser aplicadas dizem respeito a esses movimentos serem virais, criando-se em muitos lugares; favorecem o companheirismo, a cooperação e a solidariedade entre os envolvidos e não contam com uma liderança, afastando a delegação de poder. (CASTELLS, 2013, p. 161-165)

Nesse sentido, Castells (2013, p. 168) destaca a diferença existente entre a individuação e o individualismo dos participantes de tais movimentos, uma vez que a individuação dos projetos do indivíduo torna possível que sejam adaptados à ação coletiva e aos interesses comuns e, o individualismo acaba sendo a atitude egoísta de não perceber os direitos dos outros, mas apenas os seus direitos. E assim, com a individuação é possível a autonomia referindo-se a atores individuais ou coletivos que têm a capacidade de tornar-se o próprio sujeito de seus projetos, não dependendo de uma instituição para que os mesmos ocorram.

Nas manifestações era possível identificar em cada pessoa que participava as suas motivações individuais e que, unidas às motivações das outras pessoas, muitas vezes acabavam se tornando motivações coletivas, por terem o mesmo objetivo ou similaridade.

A pergunta que se apresenta é “Se cada um pretende mudar as coisas a seu modo, como produzir ação coletiva”? O risco que se corre é que, com muitas pessoas emitindo

informação e opinião, embora haja a democratização, possam ocorrer distorção e manipulação, inviabilizando o movimento social (NOGUEIRA, 2013, p. 56).

Novaes (2013) retrata as manifestações da seguinte forma:

Quem estava nas ruas era o sujeito singularizado, aquele que elevava seu cartaz gritando forte; o cartaz que redigiu em sua casa, com sua caneta denunciando aquilo que faz contraponto à sua felicidade particular. Nas avenidas, as diferentes singularidades confluíram, entrelaçaram e amarraram forte um desejo e outro desejo e mais outro até tecer uma nova voz para o país, agora não mais ressabiada ou ressentida pelas crueldades pontiagudas de um Estado leviano, não mais cativa da desesperança do seu poder de agir como catalisador para a arteficialidade de uma sociedade de direitos e justiça assegurados. Ninguém saiu em marcha para pedir, fomos lutar para conquistar o que é de nosso direito.

Como destacado, as discussões que aconteciam nas redes sociais e que depois foram os motivos das manifestações nas ruas, mobilizaram as pessoas conforme suas afinidades e interesses pessoais, buscando o benefício de toda a coletividade, principalmente nas discussões sobre saúde, educação, segurança e repressão da corrupção.

A descrição das mobilizações sociais ocorridas por meio da organização em rede permite compreender a evolução dos tradicionais movimentos sociais, principalmente pela maneira como surgem e pelos assuntos que discutem. Mas, a exata compreensão do ocorrido passa pela necessidade de um olhar crítico sobre as mobilizações questionando-se possíveis alterações sociais decorrentes da união das pessoas inicialmente em rede e, em um segundo momento, nas ruas.

Para Nogueira (2013, p. 60), o simples fato das manifestações terem se organizado pelas redes sociais e saído às ruas não significou atingir os objetivos, deixando claro o seguinte:

O mais grave desdobramento dos protestos não foi o ressurgimento do temor de um “golpe de direita”, mas sim a dificuldade de resposta das instituições políticas. Nenhum partido mostrou-se qualificado para processar democraticamente as vozes das ruas. O governo representativo, como tal, não se mostrou à altura, e não somente por falhas localizadas no Palácio do Planalto.

É possível verificar que com os protestos não perceberam-se mudanças significativas e “se os protestos de junho disseram alguma coisa foi isso: tudo precisa ser diferente a partir de agora. Se será, não dá para saber. Mas seria bom se pudesse ser. [...] Há uma sensação de

urgência instalada na sociedade, ainda que não se tenha uma tragédia à vista”. (NOGUEIRA, 2013, p. 101).

Ainda, outro questionamento que se põe é sobre se esses movimentos, organizados por redes, serão constantes ou se diluirão com o tempo. Talvez esse seja o questionamento que, passado algum tempo das manifestações organizadas em rede e expressas nas ruas seja mais presente. Entre o ano de 2013 a 2015 algumas outras mobilizações ocorreram, mas nenhuma com a representatividade da ocorrida em junho de 2013 e, assim como essa, nenhuma das posteriores teve qualquer impacto ou força para mudar aquilo a que se propunham.

Ressalta-se com isso que as comunidades virtuais, os contatos, as curtidas e compartilhamentos de ideias e ações nas redes sociais, por aproximadamente dois meses permaneceram ativas e sustentadas diariamente. Mas, atualmente, estão relegados ao esquecimento. É notório que o acesso e o entusiasmo diminuíram.

Parece que os movimentos não conseguirão manter-se sem estabelecer relações com sujeitos que tenham alguma relação com o Estado, facilitando a aproximação e o contato. Novamente, Nogueira (2013, p. 63) é muito claro sobre isso:

Não foi estranho o refluxo das ruas. Ora ativas, ora em silêncio, elas não têm como se mobilizar de modo permanente e somente podem manter regularidade se estiverem acompanhadas de sujeitos políticos qualificados para criar pontes com o Estado. Os partidos, porém, não estão em condições de ajudá-las nisso nem são aceitos por elas. A busca de autoexpressão, que tipificou parte das manifestações, não organiza consensos ou agendas. Ao menos no curto prazo e movidas pelo clamor espontâneo, as ruas não têm como ir muito longe. [...] Mas o sistema retomou o controle da situação.

Todorov (2012) ressalta que as manifestações não buscam a substituição da democracia, mas sim, que a realidade seja mais próxima de seu ideal: “Democracia já!” e propõe uma ecologia social e política, levando em consideração indivíduo e coletividade, sempre em sentido complementar, onde a negociação e o interesse mútuos são mais interessantes e dão mais resultados que dominações e imposições. Não é diferente o que entendem Castells e Nogueira nas suas abordagens sobre as manifestações no Brasil.

Assim, preza-se pela necessidade de manterem-se as conexões e as comunidades virtuais ligando as pessoas e os interesses, servindo com um impulsionador para o ativismo, a autonomia comunicativa e, mais do que isso, que sejam capazes de alcançar as mudanças que desejam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem desenvolvida no presente estudo buscou esclarecer a relação entre a sociedade em rede e a democracia, principalmente pelo uso da internet e as mobilizações sociais, tendo sido estabelecido o foco nas manifestações ocorridas no Brasil, em meados de 2013.

Com o desenvolvimento, foi possível perceber que a Era da Informação calcada em novas tecnologias e, dentre essas, as redes sociais, tem apresentado situações diferenciadas e surpreendentes do ponto de vista democrático, pois acaba construindo formas de discussão de assuntos de interesse coletivo em locais, talvez, jamais imaginados. E, embora cada rede e cada movimento tenha suas peculiaridades, também possuem traços comuns que caracterizam os movimentos sociais na era da internet.

E não é só, pois com as tecnologias disponíveis e de acesso simplificado, bem como a globalização, destacada pela expansão dos mercados e pelas conexões em rede, acaba ocorrendo uma movimentação e variabilidade nas identidades dos sujeitos que, até certo momento histórico, somente reconheciam a identidade como a vinculação a um território nacional e, com a globalização acabaram conhecendo uma fragmentação em suas identidades.

Essa fragmentação de identidades possibilita que o sujeito tenha diversas vinculações, busque e identifique-se com grupos ou comunidades, virtuais ou reais que tenham interesses semelhantes aos seus e, além disso que, com sua insatisfação, possa voltar sua atenção e fixação da identidade ao seu lugar de vida e as coisas que nele acontecem. Isso acaba modificando as relações sociais e refletem-se em todas as instâncias de vida.

A partir de então é possível destacar que quando as insatisfações pessoais também são coletivas há a formação de comunidades para discussão das mesmas e, com o ambiente virtual isso torna-se mais fácil, principalmente quando vinculado em redes sociais, em especial, pelo Facebook. Isso foi o que ocorreu no Brasil. As manifestações sociais de junho de 2013 são a expressão do descontentamento das pessoas com muitas questões que estão diretamente relacionadas com suas vidas, como a saúde, a educação e a corrupção, o que muitas vezes acaba impedindo o sujeito de ter seus direitos garantidos.

Durante aproximadamente dois meses as discussões via Facebook e as manifestações foram constantes. E, quando a discussão do transporte público foi solucionada com a redução

no preço da passagem parecia que o objetivo de muitos havia sido atingido. Uma primeira questão que fica é: os objetivos que levaram as pessoas às ruas foram atendidos pelos governantes? Tudo indica que não.

O governo apresentou medidas que serviriam para atender aos pedidos das pessoas que estavam nas ruas protestando. Mas, após o clamor popular seguiu-se um período de calmaria, em que não houve resultados consideráveis e palpáveis para a sociedade brasileira, ao menos a curto prazo, vez que a situação política e econômica seguiu nos mesmos moldes.

Uma segunda questão que se levanta é sobre a continuidade desses movimentos, uma vez estabelecidos pelas redes sociais e efetivados nas ruas, principalmente pela fluidez das relações virtuais e a facilidade em deixar de ter contato com as discussões.

Assim, resta importante que os movimentos de revolta e protesto que aconteceram no Brasil, no mês de junho de 2013, organizados pelas redes sociais, continuem se unindo e assumam uma postura ativa e coletiva, com representatividade perante a sociedade e os governos e que possam atuar conjuntamente com esses na concretização dos direitos dos direitos de todos os cidadãos, sob pena de todo o esforço ser em vão.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURGOS, Raúl. Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais. In.: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (Orgs). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999^a.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

_____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tadução Maria Luiza X de A Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ELIE, Michel. Internet e desenvolvimento. Um acesso à informação com mais equidade? In.: EISENBERG, José; CEPIK, Marco. (Org.) **Internet e Política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

EISENBERG, José; CEPIK, Marcio. Internet e as instituições políticas periféricas. *In.*: EISENBERG, José; CEPIK, Marco. (Org.) **Internet e Política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

GAMBINI, Priscila Truviz Hottz. Redes globais & Redes de cidades. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**. [on line]. Coord. Geral Leonardo Nemer Caldeira Brandt, v.1. Belo Horizonte: CEDIN, 2007. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/artigos/REDES%20GLOBAIS%20Priscila%20Gambini.pdf>.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaraeira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LEAL, Rogério Gesta. Como os déficits de interlocução política atingem a atuação da cidadania democrática no Brasil. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, Belo Horizonte, v. 07, p. 217-248, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed 34, 1999.

MONTE, Sheila da Silva. A identidade do sujeito na pós-modernidade: algumas reflexões. **Revista Fórum Identidades**, ano 6, v. 12. Itabaiana: Gepiadde, jul-dez 2012.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: razões da revolta. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, José Afonso. **Comentário Contextual à Constituição**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. A sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**. Ano V, vol. 05, maio/2009, p. 7. Disponível em: http://www.insite.pro.br/2009/Maio/sociedade_ciberespa%C3%A7o_Isabella.pdf

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Trad. Joana Angélica D´Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.